

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

GABRIELLE ROCHA PACHECO

**FOTOJORNALISMO, ÉTICA E SENSACIONALISMO: UMA ANÁLISE DO
JORNAL “A CIDADE” DE ANGRA DOS REIS**

VOLTA REDONDA

2020

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**FOTOJORNALISMO, ÉTICA E SENSACIONALISMO: UMA ANÁLISE DO
JORNAL “A CIDADE” DE ANGRA DOS REIS**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aluna:

Gabrielle Pacheco.

Orientadora:

Professora Ms.: Rebeca Baltazar Chaves

VOLTA REDONDA

2020



Fundação Oswaldo Aranha



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado **FOTOJORNALISMO, ÉTICA E SENSACIONALISMO: UMA ANÁLISE DO JORNAL “A CIDADE” DE ANGRADOS REIS** elaborado por Gabrielle Rocha Pacheco, apresentado publicamente, através da plataforma virtual TEAMS link:

[https://web.microsoftstream.com/video/b2a97823-ab65-4042-a411-](https://web.microsoftstream.com/video/b2a97823-ab65-4042-a411-36772619f19d)

[36772619f19d](https://web.microsoftstream.com/video/b2a97823-ab65-4042-a411-36772619f19d) conforme Resolução CONSEPE nº 067 de 24 de agosto de 2020, envio pelo e-mail Institucional, no ambiente virtual Microsoft Teams, perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Jornalismo.

Aprovado em 19 de novembro de 2020

Banca Avaliadora:

Professora orientadora:

Rebeca Baltazar Chaves, mestre, UniFOA

Professor avaliador:

Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira, doutor, UniFOA

Professor avaliador:

Douglas Baltazar Gonçalves, mestre, UniFOA

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus, acima de tudo, meus pais e meu esposo, dedico este trabalho. Pelo qual são responsáveis pelo meu crescimento pessoal e profissional, até a minha atual trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Deus que eu sirvo e acredito, o único responsável por me proporcionar a vida e fazer com que eu viva para administrá-la com sabedoria. Agradeço imensamente aos meus pais, Eli de Souza Pacheco e Maria Magda Rocha, que me possibilitaram uma base forte, que pudesse sustentar os obstáculos encontrados até aqui. Ao meu esposo Bruno Rezende Ramos, que me ofereceu apoio, em diversos momentos difíceis e que nunca mediu esforços em abrir mão do seu tempo para me motivar e dar força em longos dias e madrugadas em claro para a produção deste trabalho. Sou imensamente grata pelos amigos que conquistei durante a trajetória de 4 anos na Universidade. Pela assistência de cada um, para que juntos pudéssemos galgar um degrau de cada vez até o nosso sucesso. Gratidão à professora Rebeca Chaves, minha orientadora, que desde o início sabendo dos meus limites e dificuldades, acreditou em mim e mesmo quando eu queria desistir, foi a responsável persistir e me fazer não desistir da caminhada. E por fim e não menos importante, aos professores Douglas Baltazar, Eduardo Jorge e Heitor Luiz, por acreditarem na proposta deste projeto e com suas sugestões fazerem desta talvez inocente ideia, um trabalho com grande potencial profissional e acadêmico.

RESUMO

O início da fotografia no jornalismo foi marcado por grandes momentos na história. A fotografia presenciou inúmeros acontecimentos, desde a descoberta da primeira câmera fotográfica, o uso das fotografias para documentar as guerras, até a sua ascensão e atual necessidade na imprensa. Mediante a sua constante presença nos tabloides, a fotografia tornou-se um complemento da notícia, algo indispensável para se retratar algum fato. Uma das editorias que constantemente faz uso da fotografia, é a editoria policial, cujo os temas como: morte, violência e tráfico, são frequentemente reportados de forma textual e fotográfica. Em consequência disso, embasamentos legislativos se fizeram necessários para nortear e impor limites ao seu uso na imprensa. A partir de pesquisas bibliográficas, foram desenvolvidos estudos sobre a prática de conduta ética utilizada na profissão. Este projeto contou também com uma análise visual e textual detalhada das capas do período de Fevereiro e Março de 2018, do jornal "A Cidade" de Angra dos Reis, cuja análise feita levou em consideração o que se encontra descrito no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e o que redigido legalmente nos Direitos Humanos. O estudo apresenta sobretudo um olhar que respalda o impacto do sensacionalismo e suas consequências na sociedade e profissionalismo jornalístico.

Palavras-chave: Fotojornalismo; Ética; Sensacionalismo;

ABSTRACT

The beginning of photography in journalism was marked by great moments in history. Photography has witnessed numerous events, from the discovery of the first camera, the use of photographs to document wars, to their rise and current need in the press. Due to its constant presence in the tabloids, photography has become a complement to the news, something indispensable to portray some fact. One of the editorials that makes the most use of photography is the police editor, whose themes such as: death, violence and trafficking are often reported textually and photographically. As a result, legislative bases were necessary to guide and impose limits on their use in the press. From bibliographic research, studies were developed on the practice of ethical conduct used in the profession. This project also included a detailed visual and textual analysis of the covers for the period February and March 2018, of the newspaper "A Cidade" of Angra dos Reis, whose analysis made taking into account what is described in the Journalists Code of Ethics Brazilians and what is legally written in Human Rights. The study mainly presents a look that supports the impact of sensationalism and its consequences on society and journalistic professionalism.

Keywords: Photojournalism; Ethic; Sensationalism;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FOTOGRAFIA E FOTOJORNALISMO	12
1.1 A fotografia	12
1.2 Fotografia e Jornalismo	16
1.3 QUESTÕES ÉTICAS E LEGAIS	19
2 JORNALISMO POLICIAL E O SENSACIONALISMO	23
2.1 Jornalismo Policial.....	23
2.2 O sensacionalismo	25
2.3 Violência e a estratégia mercadológica	27
ANÁLISE	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de funcionamento da câmara obscura	13
Figura 2: A vista da janela em Le Gras	14
Figura 3: fotograma de Talbot (1839).....	15
Figura 4: capa de 2 de fevereiro de 2018.....	35
Figura 5: capa de 2 de fevereiro de 2018.....	36
Figura 6: capa 16 de fevereiro de 2018.....	38
Figura 7: capa 16 de fevereiro de 2018.....	39
Figura 8: capa 2 de março de 2018.....	40
Figura 9: capa 9 de março de 2018.....	42
Figura 10: capa 16 de março de 2018.....	43
Figura 11: capa 23 de março de 2018.....	44
Figura 12: capa 30 de março de 2018.....	46

INTRODUÇÃO

A popularização da fotografia acarretou alterações na imprensa - que passou a utilizá-la como uma forma de ratificar o texto, dando-a sentidos conotativos e denotativos. A prática e frequente veiculação de material fotojornalístico demandou de regulamentações e aconselhamentos próprios para isso. Atualmente a prática do fotojornalismo no Brasil é embasado por legislações federais e também pelo Código de Ética dos Jornalistas da Federação Nacional dos Jornalistas. É de conhecimento que dentre as precauções para veiculação de uma fotografia em um jornal estão o respeito à dignidade humana que é um princípio constitucional, bem como a identidade de sujeitos menores de idade ou em situação de vulnerabilidade.

Partindo desse breve contexto, o seguinte trabalho tem como intuito apresentar para uma análise do o jornal “A Cidade” de Angra dos Reis e as fotografias veiculadas em sua capa e editoria policial. A questão de pesquisa tomou por base os princípios éticos da profissão emitidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e questiona se o discurso fotográfico presente nas capas do jornal condiz com um posicionamento ético por parte do jornal. O trabalho tem como hipótese que as fotografias abordadas não correspondem com a aplicação das condutas estimadas da profissão e utilizam de modo sensacionalista imagens em busca de um campo mercadológico constantemente atrelado a editoria policial.

O objetivo geral relaciona-se entre a discussão ética atrelada à editoria policial, tal como os objetivos específicos que visam analisar de que maneira o jornal “A cidade” de Angra dos Reis tem agido com suas publicações de acordo com o código de ética vigente; de igual modo, verificar se tais publicações tem contribuído com um posicionamento sensacionalista por parte do veículo em questão. A justificativa se pauta na colaboração para a reflexão acerca de um jornalismo mais crítico e profissional no que tange ao informacional e fotográfico.

A metodologia tem base qualitativa e exploratória por meio de pesquisas bibliográfica e análise de conteúdo. Para isso, no primeiro capítulo deste trabalho são abordados temas e subtemas no que diz respeito à história da fotografia como a evolução das invenções até a câmera atual e a introdução do fotojornalismo dentro desse período histórico. Seus subtemas dizem respeito à utilização da fotografia digital no fotojornalismo e os seus efeitos no que tange à facilidade, acessibilidade e instantaneidade. Além disso, trata das condutas éticas que regem a profissão do

fotojornalismo, tal como a sua aplicabilidade no cotidiano noticioso. O segundo capítulo trata da utilização da fotografia na editoria policial atrelada às recomendações éticas da profissão, correlacionando os pontos convergentes e divergentes existentes dentro do jornalismo popular e o sensacionalismo e o que a sua usabilidade pode interferir na questão mercadológica da notícia. Para análise, serão apresentadas as capas do período de fevereiro a março de 2018 do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis que contará com a abordagem de um estudo qualitativa e quantitativo à respeito dos conteúdos de caráter sensacionalista frequentemente encontrados nos exemplares de veiculação regional.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FOTOGRAFIA E FOTOJORNALISMO

Este capítulo contextualizará aspectos da história da fotografia desde seu surgimento até sua popularização e sua inserção no jornalismo, como forma de ratificar o texto noticioso e comprovar a veracidade dos fatos informados. Ademais, classificará as principais formas de fotojornalísticas e também as condutas ideais que regem tal prática profissional, com intuito de explicar acerca das limitações de suas veiculações.

1.1 A fotografia

Registrar acontecimentos por meio de fotografias atualmente é algo aparentemente simples e pode ser feito em questão de segundos por meio de um smartphone, por exemplo. Porém, nem sempre foi assim. A humanidade sempre teve fascínio em encontrar maneiras de registrar momentos importantes e transmiti-los para as próximas gerações e pra isso técnicas como a pintura, escultura, linguagem oral e escrita foram desenvolvidas, a mais nova dessas técnicas se considerarmos as demais, foi a fotografia.

Segundo o Dicionário Aurélio a palavra *Fotografia* quer dizer “Arte ou processo de reproduzir imagens sobre uma superfície fotossensível (como um filme), pela ação de energia radiante, como a luz do sol.” Não é possível comprovar a primeira pessoa que descobriu a fotografia, nem encontrar datas precisas que levem às etapas e processos que conduziram à sua produção, contudo, para chegarmos até a patente da primeira câmera fotográfica foram necessários anos de trabalhos e estudos de físicos, químicos, inventores e entusiastas de todas as partes do mundo.

Segundo o artigo *160 anos de fotografia* de Paulo Costa (1999), a precursora das máquinas fotográficas foi a câmera escura, que teve o seu primeiro registro na China em 500 a. C. e depois na obra do filósofo Aristóteles que constatou o

fenômeno físico observando a luz de um eclipse parcial, atravessando as folhas de uma árvore e as projetando no chão. O autor também remonta a Leonardo Da Vinci que descreve a câmara perfurada, utilizando o conceito para auxiliar nos seus trabalhos.

A câmara escura (Figura 1) refere-se a uma caixa de material opaco com orifício em uma das partes para que a luz possa entrar. Seu objetivo constitui-se em comprovar a reta propagação da luz, tal princípio permitia que a luz entrasse pelo orifício e atingisse o antiparo da câmara, se por algum motivo a luz não se propagasse em linha reta, a imagem não era capaz de ser reproduzida, no entanto até o momento da história não era possível fazer um registro permanente sem a ajuda de um artista.

Figura 1: Modelo de funcionamento da câmara obscura

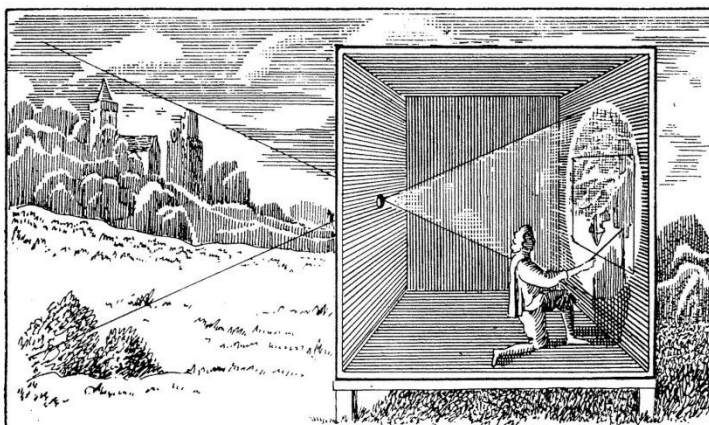


Figura 1: Leonardo da Vinci utilizando a câmara escura para auxílio em suas artes. Fonte: <http://garatujafotografia.blogspot.com/2013/07/camara-escura-o-inicio-de-tudo.html>

Ao longo dos anos, muitos trabalharam simultaneamente no processo de permanência da imagem em uma superfície, em diferentes lugares do mundo. Em 1826, o inventor Joseph Niépce descobriu a fotografia por acaso quando procurava um meio de copiar gravuras (DUBOIS, 1988, p.32). Niépce percebeu que a chapa de estanho ao ser introduzida por aproximadamente 8 horas em uma câmara escura, é capaz de reproduzir fixadamente a imagem obtida pela luz proveniente do orifício daquela câmara. Assim, conseguiu a primeira fotografia do mundo, as formas positivas em preto e branco exibiam a vista da sua janela, que mundialmente ficou

conhecida como “A vista da janela em Le Gras” (Figura 2), logo, o processo foi batizado por como *Heliografia*, que significa: gravura com a luz solar.

Figura 2: A vista da janela em Le Gras



Figura 2: Vista da Janela em Le Gras; Fonte: <https://www.incinerrante.com/textos/vista-da-janela-em-le-gras-1826-7-de-joseph-nicephore-niepce>

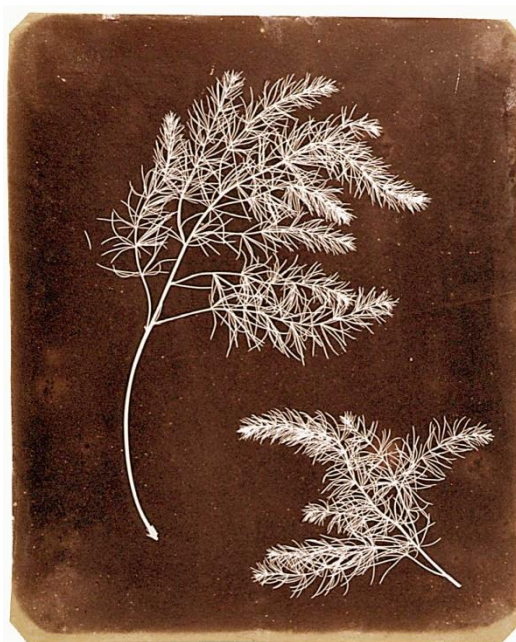
As descobertas de Niépce fizeram com que ele conhecesse Louis Jacques MandéDaguerre, que passou a ser seu sócio em 1831. Após a morte de Joseph em 1833, Daguerre desfrutou das obras e descobertas deixadas por seu ex-sócio e tentou adaptar os processos e materiais utilizados dando sequência aos estudos a fim de reduzir o tempo de exposição e aumentar sua durabilidade. Foi então que começou a trabalhar com sais de prata, mergulhando a chapa em uma solução aquecida do sal, a partir desse processo, Daguerre obteve imagens inalteradas com redução de exposição que passou de horas para trinta minutos (SALLES, 2004).

Mesmo com a evolução do seu projeto, o inventor enfrentava obstáculos no que tange a fixação, pois seus avanços não demonstraram tanta eficácia na durabilidade da imagem. Porém, com o tempo, ele observou que ao guardar uma de suas chapas durante alguns dias em um armário escuro, percebeu que um termômetro que ali estava havia se quebrado e derramado mercúrio por cima da chapa, resultando em uma imagem nela impressa. (SALLES, 2004).

A partir daí, o Daguerreótipo espalhou-se da Europa para o mundo, permitindo a reprodução de diversos aparelhos que eram comumente usados para retratos e sua função era alcançada apenas pela burguesia. Logo, nomes como William Henry Fox Talbot e Frederick Herschel também foram responsáveis por atribuir avanços e descobertas à fotografia.

Blair (2011) explica que Herschel em 1839 desenvolveu um processo inovador que utilizava de hipossulfito de sódio para dissolver sais de prata que gerava como resultado a fixação da imagem. No mesmo ano, mesmo sem conhecer o trabalho de Daguerre na França, o britânico William Henry Fox Talbot desenvolveu uma técnica a qual nomeou “desenhos fotogênicos” que hoje são conhecidos como “fotogramas” – em que pressionava plantas e outros materiais contra uma superfície de papel tratada com materiais sensíveis e os expunha ao sol, resultando em um espaço em branco nos locais em que os objetos estavam dispostos e seu em torno ficava preto, conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3: fotograma de Talbot (1839)



Fonte: Movimento de Expressão Fotográfica. Disponível em: <<http://www.mef.pt/mef/historia-da-fotografia-historias-com-fotografias/>>

Os avanços nos processos fotográficos ocorreram com frequência, bem como o desenvolvimento de novos equipamentos como lentes aperfeiçoadas e câmeras portáteis desenvolvidas pelos austríacos József Petzval e Friedrich Voigtländer. William Henry Fox Talbot inovou novamente em 1844 quando concebeu uma forma

de reproduzir cópias fotográficas e nesse contexto histórico as fotografias já eram reproduzidas em um tempo mais curto e os retratos faziam parte do desejo de grande parte da população europeia e norte-americana – ganhando um espaço que até então era basicamente ocupado pela pintura (BLAIR, 2011). A fotografia passou a se popularizar e a conquistar ambientes distintos, dentre os quais os informativos, conforme veremos adiante.

1.2 Fotografia e Jornalismo

Pela riqueza de detalhes e qualidade na imagem, estes avanços permitiram o início da fotografia documental, que agregou importância aos registros que outrora se limitavam apenas a palavras, discursos e histórias. Um dos primeiros registros documentais foi a Guerra da Crimeia em 1853, no Sul da Rússia. O acontecimento foi registrado e documentado por Roger Fenton, fotógrafo britânico contratado pelo Governo daquela época (SOUSA, 1998, p.23).

Sousa (1998, p. 19) considera que a princípio a fotografia passou a coexistir com o fotojornalismo, que até então não tinha uma ideia consolidada da associação de imagens à transmissão de notícias e informação. “As primeiras manifestações do que viria a ser o fotojornalismo notam-se quando os primeiros entusiastas da fotografia apontaram a câmara para um acontecimento, tendo em vista fazer chegar essa imagem a um público, com intenção testemunhal”. A partir da Guerra da Crimeia, outros acontecimentos começaram a ser registrados, tal como a Guerra Civil Americana em 1863. Com um desenvolvimento que permitia uma captura quase que instantânea fez com que a imagem se tornasse mais acessível ao fotojornalismo (SOUSA, 1998, p.28).

No que tange a uma popularização, de fato, do fotojornalismo ao redor do mundo, a literatura é divergente. Porém, é consenso que a década de 1930 apresenta um marco na história da fotografia. Para Lisbeth Oliveira (1999, p.3) o fotojornalismo emergiu fortemente nessa década e contou com a contribuição da chamada “*Fotografia de Autor*”, nome as populares produções de fotógrafos da Farm Security Administration (FSA) que nada mais era do que um órgão criado pelo Presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, para proteger a agricultura no período da crise econômica americana. No período de 1935 a 1943, os fotógrafos da FSA,

foram incumbidos de reunir registros fotográficos e documentá-los a fim de conscientizar a população norte-americana a respeito da situação de miséria em que se encontravam.

A Farm Security Administration dos Estados Unidos, contrata Roy Stryker para dirigir a secretaria de história, e ele contrata Walker Evans, Dorothea Lange, Gordon Parks e Arthur Rothstein, entre outros, para fotografar as dificuldades nas áreas rurais nos seis anos seguintes (BLAIR, 2011, p. 219)

Além disso, nessa década surgem e ganham espaço as revistas ilustradas, como a *Life*, fundada em 26 de novembro de 1936, nos Estados Unidos, e produzia conteúdo fotojornalístico que, a partir desse momento começou a oferecer não apenas informação escrita, mas agora, a fotografia, que passava a ser uma autêntica arma na transmissão da informação. (SALLES, 2018, p.4).

Já para Sousa (2002, p.13), o aparecimento do primeiro tabloide fotográfico foi em 1904, pelo tabloide diário britânico "*The Daily Mirror*" ou popularmente conhecido como "*The Mirror*". Ainda para Sousa (1998) são apontados possíveis inícios de uma história do fotojornalismo, não em datas, mas, em acontecimentos cronológicos que passaram pelas gravuras pré-históricas; câmeras escuras; utilização de gravuras de madeira; o halfphone; as primeiras coberturas de guerra; a emergência do fotojornalismo como profissão; revistas ilustradas; serviço de telefoto; a melhoria em avanço tecnológico dos equipamentos que se tornaram cada vez mais instantâneos, pequenos e leves; até a fotografia e câmera fotográfica que conhecemos hoje.

Fato é que as revistas ilustradas conquistaram o público e fomentaram a prática da profissão que nesse momento contava com mais facilidade no que tange aos equipamentos e também contava com profissionais especializados. Diversas agências fotográficas surgiram e cabe destacar aqui a Magnum que em 1947 revolucionou a profissão ao ter uma política em que as fotos realizadas por seus fotógrafos teriam suas respectivas propriedades autorais. Ela foi fundada por Robert Capa, George Rodger, Henri-Cartier Bresson e David "Chim" Seymour (BLAIR, 2011).

As revistas ilustradas passaram por uma queda de popularidade quando a televisão passou a ganhar espaço no cenário mundial, mas a fotografia nos jornais tornou-se uma prática corriqueira, visto que os avanços nos processos de impressão

nesse período também foram significativos. Souza (1998, p.5) considera que a fotografia jornalística possui diversas funções, dentre as quais: “informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico”.

Buitoni (2012) acredita que a foto jornalística está vinculada a valores informativos e/ou opinativos e à veiculação num órgão dotado de periodicidade, ou seja, a fotografia está sujeita a interpretação assim que se vincula a um título/manchete ou texto noticioso. Afinal, a foto é considerada atual, real e possui relevância social e política. Por isso, a autora apresenta uma classificação de modos de fotos jornalísticas, os quais serão expressos a seguir.

Os diferentes modos de foto jornalística citados por Buitoni (2012) são:

- a) **Fotonotícia** - razoável teor informativo, seu conteúdo é narrativo e capaz de comunicar o fato de maneira visual, geralmente acompanhado por título e legenda;
- b) **Foto de leitura unitária**- é possível realizar uma leitura individual da imagem, ainda que possua outra imagem na matéria;
- c) **Fotossequência**- união de imagem tomadas em um curto espaço de tempo; geralmente três ou quatro instantes que apresentam gestos ou movimentos;
- d) **Fotorreportagem**- diversas fotos que são voltadas a um tema principal.
- e) **Fotografia de entrevista**- em geral se resume à fotografia da pessoa próxima ao local que faz parte de algum fato mencionado durante a entrevista;
- f) **Foto de perfil** - evidencia ângulos que mostram características do entrevistado;
- g) **Resenha** - fotografia de produtos culturais ou eventos sociais, esportivos ou políticos;
- h) **Opinião**- foto acrescenta por si só, ou pela edição, significados, críticas ou comentários.

Por certo essa ferramenta do jornalismo, incorporada na TV, *internet*, jornais ou revistas, cada qual com seus respectivos editoriais como: cultura; economia; política; polícia; social, entre outras; passa pelo processo da mensagem fotográfica, que segundo Barthes (2000, p.1), é constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. Barthes também alerta para o modo como a

imagem na mídia impressa é capaz de criar um verdadeiro paradoxo fotográfico, como a imagem em sua literal realidade, a imagem segundo o olhar do fotógrafo, a imagem segundo a angulação do título e a imagem segundo a interpretação do leitor da mensagem.

Barthes destaca dois tipos de mensagens que a imagem é capaz de transmitir em uma notícia: a conotativa- cujo conteúdo da mensagem fotográfica é capaz de transmitir diferentes sentidos interpretativos seja através do tratamento técnico, enquadramento ou paginação e a denotativa - que utiliza a credibilidade particular de uma fotografia, que ainda que não seja conforme sua literalidade e ao que se viu, tem poder excepcional de denotação, para “passar por denotada uma mensagem que é fortemente conotada”, ou seja, uma imagem que é própria e literal pode ter seu sentido transformado por uma imagem com sentido contextual e interpretativo, uma vez que uma foto fora de contexto pode passar uma ideia contrária e equivocada para aqueles que a tem acesso e, quanto mais próximo o texto é da fotografia, mais sujeita a ser denotativa ela se torna.

O progresso da inclusão da fotografia ao jornalismo fez com que o profissional da comunicação se qualificasse de acordo com os processos de inovação da área, dentre os quais um deles é a tecnologia. A fotografia digital foi um progresso revolucionário ao fotojornalismo, tal como os progressos na informática que foram responsáveis por trazer ao jornalismo a instantaneidade e possível inserção da fotografia em diferentes meios de comunicação e contextos. Igualmente essas inovações tecnológicas provocaram e ainda provocam uma necessidade de readaptação dos profissionais aos novos modelos de fotografia, às novas rotinas produtivas, às novas táticas e estratégias profissionais de colheita, processamento, seleção, edição e distribuição da informação (SOUSA, 2002, p.33).

Deste modo, o papel norteador do fotojornalismo, seja em sua história, seja em sua aplicabilidade no dia-a-dia, é se não, ser o elemento cuja função é de extrema importância nas narrativas do cotidiano, levando informações claras e objetivas com destino ao seu público.

1.3 Questões éticas e legais

Diante desse contexto, cabe destacar neste momento quais são as regulamentações e orientações que devem ser seguidas para a veiculação de uma fotografia em um jornal. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros está em vigor há mais de 20 anos e tem como intuito constituir normas e condutas a fim de estabelecer diretrizes éticas às práticas diárias da profissão.

Essa pesquisa visa analisar condutas jornalísticas no que dizem respeito à dignidade humana em casos de exposições excessivas ou indevidas com o objetivo de gerar e atrair destaques e interesse ao fato noticioso. Portanto, é de suma importância destacar alguns pontos deste Código de Ética para posteriormente correlacioná-los à análise.

Primordialmente é direito fundamental de o cidadão ter acesso à informação. Com isso a divulgação precisa e correta é dever de todos os meios de comunicação, independente da sua linha política. Bucci (2000, p.19) acredita que existe um impasse enfrentado pelos jornalistas diariamente, devido a apresentação de bifurcações entre o valor da verdade e a responsabilidade sobre as consequências do que será publicado.

O artigo 6º do Código de Ética dos Jornalistas preconiza que “é dever do jornalista: VII- Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão.” E em seu artigo 11º que “o jornalista não pode divulgar informações: II- De caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes.”

Barcelos (2013) considera que a dignidade é a base da liberdade humana, e por isso, tal respeito deve ser levado em consideração ao produzir ou selecionar tudo aquilo que vai a público, tal como, as imagens que são capazes de retratar a dor e sofrimento do outro, no que tange àquele que foi exposto e à família do mesmo. Com isso é possível observar que “o único limite à liberdade individual é o dano aos demais.” (CAMPS, 2004, p. 34).

A imagem é considerada um dos direitos mais relevantes do ordenamento jurídico brasileiro. Sabendo disso, o repórter fotográfico, sendo ele considerado o autor da fotografia, tem o direito de escolher se a mesma deve ser reproduzida ou não, cabe ao mesmo uma análise no que diz respeito ao direito de imagem.

De acordo com o 5º artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988, inciso X: *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*. Em outras palavras, a Constituição Federal protege a vida, a imagem e a honra do indivíduo, no entanto, aquele que tem esses direitos violados, poderá ser indenizado por dano moral e material.

Esta norma é aplicável à notícias veiculadas na imprensa. É preciso ter cuidado, portanto, na veiculação de imagens, dados pessoais e exposição da vida privada das pessoas. Pode existir uma relativização desse entendimento quando há interesse público na imagem ou vida privada de alguém. Ainda se tratando de direito de imagem, o Código Civil em seu 20º artigo, diz o seguinte:

Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.

Ou seja, se mediante a publicação da imagem, escritos ou palavras, aquele que foi exposto tem total direito a recorrer a um requerimento para a retirada daquela publicação e se ainda o indivíduo sentiu-se ferido em sua honra e boa imagem, o mesmo pode recorrer a indenização. De maneira sintetizada é possível observar que sempre haverá limites para o uso da imagem alheia.

E ainda em seu parágrafo único, em se tratando de morto ou de ausente, o cônjuge ou familiar tem direito em requerer a retirada da publicação. Sob esse aspecto, Bucci (2000, p.55) reitera sobre a ação do jornalismo mediante as circunstâncias citadas acima.

O jornalismo que não dialoga com seus próprios métodos e procedimentos, não é nem ético nem informativo e aqui outra vez a ética e a técnica se esclarecem reciprocamente. Assim como o bom texto numa revista depende da inspiração que busca na literatura e em outros veículos jornalísticos, a ética de uma profissão como esta, só existe com base na ética adotada pela convivência entre os homens comuns na sociedade.

Igualmente aos direitos de imagem anteriormente citados, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), descritos em nosso ordenamento jurídico,

possuem normas que preservam a imagem e identidade daquele que tem idade inferior a 16 anos e que possui envolvimento a práticas infracionais.

De acordo com artigo publicado no site *JusBrasil*¹, tais cuidados que protegem a criança e o adolescente, são para resguardar a formação física e moral do menor e, sobretudo, protegê-lo de uma visão julgadora que a sociedade têm por meio de publicações que expõem a relação do menor com determinado crime.

Correlacionado às regras de preservação de imagem prescritas no 5º artigo da Constituição Federal, a lei 8.069/90 do ECA, traz resguardo total da criança e adolescente a fim de proteger a sua integridade, incluindo sua identidade, estabelecidos portanto nos respectivos incisos:

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números.

Para Sousa (2000) o fotojornalismo tornou-se uma produção de categoria popular. Segundo o autor há uma forte tendência de angulação informacional voltada para o fato do sensacional, do exótico e escandaloso.

Para tanto, é possível sintetizar que, ainda que grande parte da mídia atual esteja condicionada e tendenciada a publicações que fazem uso de imagens cujo conteúdo seja caráter sensacionalista, não deixa de ser dever do jornalista exercer as condutas recomendadas pelo Código de Ética da profissão e também do indivíduo requerer os seus direitos para proteção da sua honra e imagem.

¹<https://danielaggranato.jusbrasil.com.br/artigos/394522804/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-resumo>.

2JORNALISMO POLICIAL E O SENSACIONALISMO

Esse capítulo será destinado a apresentar a editoria Policial e as principais tendências mercadológicas que tem sido atreladas a ela. Por isso, será tratado também sobre jornalismo popular e sensacionalista, com a intenção de basear o entendimento necessário para análise do conteúdo proposto nessa pesquisa e observar se as características sensacionalistas estão atreladas às imagens selecionadas.

2.1 Jornalismo Policial

Para Barthes (2000), durante o século XVIII, muito se escreveu a respeito da importância da informação, seu livre trânsito e a liberdade de imprensa. A grande indústria da informação tendeu-se a reformular os critérios de noticiabilidade dos jornais, com o intuito de atender à demanda de interesse do público, sendo possível considerar a influência que a mídia pode ter sobre a opinião pública, podendo ser indicado sobre aquilo que a população está disposta a consumir.

Um jornal impresso aborda diversos assuntos distintos entre si, que geralmente são aglutinados em editorias cuja finalidade é dividir/ organizar os assuntos e publicações em seções e geralmente um editor é responsável por direcionar os respectivos temas.

Tais seções podem se dividir em assuntos como, por exemplo: a) política, trazendo assuntos de interesse regional, nacional ou internacional a respeito de todas as notícias e atualizações sobre o mundo político; b) economia, em que assuntos como aumento de moedas estrangeiras e o andamento da Economia do País são abordados com frequência; c) cultura, cujos assuntos são destinados à cultura local, nacional e internacional e que podem ser pertinentes a TV, teatro, música, eventos, arte, cinema e afins; e, a que particularmente interessa essa pesquisa, d) policial, que aponta fatos e investigações criminais, assuntos policias que envolvem a segurança pública e crimes em diferentes graus que dizem respeito a interesse nacional e regional.

Pena (2012, p.103) classifica que essa editoria tem como assunto principal o crime, cujo conteúdo ocupa destaque nas manchetes dos jornais populares, no qual

o “objetivo é cobrir pautas sobre sequestros, roubos, homicídios e outros delitos previstos no Código Penal”. No Brasil, as pautas mais comuns vistas nesse tipo de editoria são “trocas de tiros entre traficantes e a polícia, homicídios, sequestros, apreensão de drogas e armas proibidas”.

Nas editorias policiais é comum encontrar notícias em que suspeitos de cometer o crime são mencionados pelos jornalistas e tachados em suas manchetes como “acusado”; “criminoso”, “ladrão”, “bandido”, “marginal”; sem antes irem a julgamento. O uso do termo “suspeito” está associado a uma premissa ética, em que, todos são considerados inocentes até que se prove o contrário, ou seja, enquanto o indivíduo não receber um julgamento e uma sentença, o termo mais aconselhável a ser utilizado é o “suspeito”, ainda que o mesmo tivesse sido pego em flagrante, é o que afirma o jornalista Cláudio Lessa, ex-diretor da Secretaria de Comunicação em um artigo publicado no site Observatório da Imprensa.

Esse “estilo” de reportagem que trata os envolvidos de forma mais taxativa é seguido por centenas de programas de jornalismo policial e jornais impressos ou radiofônicos cujo conteúdo, muitas vezes transmitido de maneira coloquial e popular, que optam por essa prática com a intenção de alcançar cada vez mais receptores.

Felipe Pena (2016) considera que, para alguns editores da editoria de jornalismo policial é fundamental agregar um tom dramático às manchetes. Isso faz com que o jornal consiga repercutir certa calamidade ao fato ou ao suspeito. Porém, ainda segundo o autor, essa prática é contestada e repudiada pela maioria dos profissionais da área de comunicação. Viana (2016) empodera-se do discurso jurídico que trata do “Princípio da Presunção da Inocência²” para alegar que não se deveria sequer expor aquela pessoa porque, até então, ela vai ser julgada, por isso, policiais e jornalistas devem presar pela imagem da mesma.

² Constituição Federal Artigo 5º, inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"

Viana (2016) complementa ainda que é possível identificar conclusões de que esse tipo de jornalismo policial ou cobertura “precipitada” e “julgadora” pode acarretar problemas, em que a divulgação dos fatos e de suspeitos quando não é bem apurada pode causar situações de violência. O profissional conclui que entende que “o jornalismo sério e ético deve se pautar pela prudência, pela análise criteriosa de detalhes de um relato, filtrando possíveis vícios ou contradições que podem conduzir a julgamentos apressados”.

2.2 O sensacionalismo

De acordo com Pedroso (2001), o sensacionalismo é um modo de produção discursiva constituída por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação do real social. Ou seja, através disso, entende-se que, esse estilo jornalístico tende a estimular um consumo cada vez maior, uma vez que a área policial possui um público massivo que interage, recebe e compartilha a mensagem na mesma velocidade crescente da otimização e acessibilidade da informação. Isso faz com que o conteúdo da notícia passe a ser naturalizado pelo leitor e adquira um caráter de espetacularização.

Acredita-se que os principais fatores que influenciam o sensacionalismo na reportagem policial são: a) a definição dos temas (pautas; b) a intensidade emocional adotada; c) a exploração artificialmente prolongada de fatos escandalosos; e d) a natureza das emoções do público que se pretende manipular (PENA, 2016, p. 108)

De acordo com Marcondes Filho (1989), a prática sensacionalista funciona como um nutriente psíquico, desviante ideológico e descarga de pulsões instintivas. Isto é, o sensacionalismo é qualificado como o grau mais radical no que diz respeito à mercantilização da informação. Entende-se que, tudo aquilo que se vende no sensacionalismo, que em sua maioria se encontra nas editorias policiais, se vende pela informação visual, que na verdade é sustentada pela manchete e que em repetidos casos a informação interna contida no decorrer da notícia, não é suficiente para responder ao enredo da manchete.

O mesmo autor afirma também que em um jornalismo sensacionalista as notícias funcionam como pseudo-alimentos às carências do espírito. Tal processo ocorre quando o jornal sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece, fabricando a partir disso uma nova notícia que paralelamente é capaz de vender-se por si só.

Essa postura pode gerar reflexos na sociedade, dentre os quais: “a) a propagação e perpetuação de preconceitos; b) a difusão de desinformação a respeito da violência; c) a intensificação do sofrimento de pessoas direta e indiretamente atingidas por esses crimes e (...) a indução de novos crimes” (PENA, 2016, p. 108)

Segundo Bucci (1996), o espaço público no Brasil começa e termina nos limites impostos pelo que é noticiado em um jornal. O que leva a crer que os consumidores das mensagens jornalísticas acreditam em praticamente tudo que veem ou leem no jornal, sendo ele com exagero ou não.

Em publicações sensacionalistas, é possível identificar com certa frequência a violação de direitos humanos. Essa violação pode ocorrer contra o suspeito do crime, contra a vítima e até mesmo os familiares da vítima; infracionando corriqueiramente a Legislação e às condutas éticas previstas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Para Dines (1971) é possível identificar três grupos contidos no sensacionalismo: gráfico, linguístico e temático. O gráfico é considerado aquele que se dirige a leitores desacostumados com a leitura, em que são mantidas e privilegiadas letras grandes e conceitos pequenos, apresentando descompasso entre a importância do fato e a ênfase visual. Já o sensacionalismo linguístico, opta pela inclusão de palavras vivas e ricas, cujo significado possa provocar sensações e, o temático é ligado às matérias que vendem.

O autor complementa explicando que a prática sensacionalista pode significar o uso de artifícios inaceitáveis para a ética jornalística, como também pode se configurar numa estratégia de comunicabilidade com seus leitores através da apropriação de uma matriz cultura e estética diferente daquela que rege a imprensa de referência.

Mediante essa explanação, é possível perceber, portanto, que o sensacionalismo pode aparecer de diferentes formas nas publicações jornalísticas, seja por exageros das diferentes formas e espécies.

No que tange a veiculação das fotos veiculadas na editoria de jornalismo policial, Pena (2016, p. 106) atenta que “demandam do fotógrafo um bom senso ainda maior. Imagens chocantes, como um cadáver sem cabeça ou com as tripas expostas, devem ser evitadas” e o profissional “precisa encontrar um meio de ilustrar o acontecimento sem chocar o leitor”.

2.3 Violência e a estratégia mercadológica

O modo como os jornais sensacionalistas relacionam-se com seus leitores é considerado peculiar. Uma vez que, estes jornais falam a respeito do universo de seus leitores e através disso interpelam um universo pragmático, pouco se importando se as informações são do âmbito do privado, do local ou do entretenimento. Além disso, por interesses mercadológicos, são obrigados a utilizarem alguns recursos como: temático, estético e estilístico; para legitimar a fala do jornal entre seu público-alvo, ainda que, tais características faça-o difundir do jornalismo tradicional (AMARAL, 2005, p.10).

Cabe aqui diferenciar, entretanto, o jornalismo sensacionalista do jornalismo popular. Estudiosos acreditam que o jornalismo popular não deve ser visto como um tipo de jornalismo diferente e separado, mas sim, como uma ramificação de um modo de produção da Grande Imprensa – que tende a priorizar a produção de conteúdos de acordo com o gosto do consumidor que obviamente pode ter características alteradas, tal como aquelas inclusas na estética do jornal: layout, letras, tamanho das fontes, paleta de cores e, sobretudo as imagens (LONGHI, 2005, p.3).

Dentro da Grande Imprensa, é possível identificar jornais que produzem mensagens destinadas para o público A e B, e outros que destinam seu conteúdo ao público de categoria C, D e E, sendo esses últimos classificados como os Jornais Populares. O Jornalismo Popular é visto, portanto, como aquele que é destinado

para um público de renda mais baixa ou baixo nível cultural. Uma das características desse tipo de publicação é a falta de sobriedade e seriedade. Por isso, um dos gatilhos e recurso estratégico utilizado pelo jornalismo popular é o denominado “sensacionalismo” – que é responsável por trazer enfoque aos assuntos como crime e violência. Esse recurso aborda tais assuntos com um tom intimista, que confere uma experiência diferente ao leitor, conseqüentemente distinta daquela que o mesmo teria se estivesse lendo alguma notícia sobre política ou economia.

Diante desse contexto, cabe agora diferenciar o “sensacional” do “sensacionalista”. Duarte (2003) considera que aquilo que pode ser designado sensacional seriam as matérias que privilegiam as imagens, o interesse humano e a narrativa dramatizada. Tais características superam e diferenciam-se da mera verbalização do fato ainda que esse seja descrito detalhadamente. Já aquilo que é considerado sensacionalista são matérias estipuladas como ostensivamente manipuladoras em que haja flagrante descontextualização de fatos ou declarações.

Chega-se ao consenso de que a maioria das matérias que contém sensacionalismo coloca em evidência e diferenciação aquilo que é real e aquilo que é imaginário, apresentando com frequência um discurso tanto quanto suspeito e ambíguo. Ainda se tratando do âmbito sensacionalista, a notícia é transformada em espetáculo por possuir um caráter mercadológico - é o que acredita Marcondes Filho (1989), quando afirma que o reflexo mercadológico se dá a partir de uma linha política liberal, em que tudo é comercializado, inclusive a notícia.

Para o autor, a imprensa sensacionalista repete o modelo clássico de modo liberal de informação, com todas as suas técnicas de manipulação. Marcondes (1989) aponta que a informação é sensacionalizada para vender mais jornal. O produto noticiado estaria funcionando como um nutriente psíquico em que provoca um desvio ideológico, onde são liberadas descargas de juízos de valor e pulsões instintivas. Cremilda Medina (1988) concorda ao afirmar que a notícia é um produto à venda.

A exploração da criminalização alheia feita pela mídia, pra vender espaço no jornal, não é uma novidade. Há tempos essa conduta acontece e até hoje é caracterizada – no Brasil - como “Imprensa Marrom”. O jornalista e âncora do programa CBN Brasil, Carlos Alberto Sardenberg, em seu site³ acredita que o que pode se diferenciar da antiga Imprensa Marrom é que hoje ela é produzida em maior

escala, em que as grandes corporações que controlam os veículos de comunicação em massa têm um compromisso claro com a exploração de fatos que podem envolver tanto a criminalidade quanto assuntos relacionados a Estado, política, religião ou economia, para lucrar com a notícia de maneira abjeta, sem compromisso com narrativas que permitam o juízo crítico.

O termo “Imprensa Marrom” remete a uma atualização nacional da expressão ‘*Yellow Press*’ (Imprensa Amarela) que surgiu no final do século XIX, quando dois jornais Americanos ‘*New York World*’ e ‘*The New York Journal*’, disputavam entre si as aventuras descritas nas páginas da primeira tira em quadrinhos da história, ‘*Yellow Kid*’. A disputa pelo cobiçado personagem tornou-se tão intensa que resultou em publicações ofensivas, com tom de rivalidade e sem escrúpulos uma para com a outra. A concorrência na liderança das vendas entre os jornais tomou proporções tão grandes que críticos de ambos os veículos que já eram tachados como sensacionalistas, começaram a considerar todos os jornais cujo editorial baseava-se no sensacionalismo e abusavam de manchetes em letras grandes, com enormes ilustrações e exploração de dramas pessoais, como ‘*Yellow Press*’.

Em 1959, no Brasil, a expressão sofreu uma alteração na cor, sendo dirigida até então como ‘Imprensa Amarela’, a expressão foi alterada quando o jornal carioca Diário da Noite recebeu a informação de que uma revista nomeada ‘Escândalo’, extorquia dinheiro de pessoas fotografadas em situações comprometedoras. Alberto Dines, jornalista do programa de TV ‘Observatório da Imprensa’, publicara em uma manchete “Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio”. O chefe de reportagem do Diário, Galazans Fernandes, tomou para si o caráter trágico que a notícia retratava e sugeriu a substituição da cor amarela pela cor marrom, pois segundo ele, o amarelo transparecia uma cor amena demais se comparada ao fato ocorrido. E desde então, o país dá prosseguimento a expressão “Imprensa Marrom”, que ainda perpetua-se pelos fatos noticiosos do cotidiano atual.

Os editores da imprensa sensacionalista e amarela (marrom para o Brasil) tratam de justificar esse jornalismo, explicando que “isso” é o que o povo gosta. Na realidade esse tipo de informação não é oferecida para satisfazer os gostos e as exigências do público, mas sim, porque consideram a notícia como mercadoria, essa vende mais e permite maior circulação, mais vendas, maiores receitas (RANGEL, 1981, p. 115).

Marta Amaral (2006) corrobora com Marcondes (1989) e afirma que a base principal de um bom jornalismo é a notícia que é relevante ao público. Todavia, para garantir a atenção dos leitores e garantir a fidelidade do consumidor, alguns jornais transformavam suas notícias em mercadorias. De acordo com um artigo publicado pela autora “*Sensacionalismo: um conceito errante*” cabe destacar que existe uma diferença predominante entre dois jornais que contém características linguísticas e editoriais parecidas, mas que, no entanto, possuem contextos diferentes: os jornais populares e jornais sensacionalistas.

A autora destaca que existem ainda dois tipos distintos de leitores: aqueles que consomem um jornalismo popular e aqueles que consomem jornalismo popular sensacionalista. Geralmente jornais populares baseiam-se na ideia de que o público precisa de muita prestação de serviço no que diz respeito a conteúdo: entretenimento e intermediação com o poder público, mas nada que ultrapasse muito uma visão doméstica do mundo - aquela que diz respeito ao ambiente regional em que ele vive. E o outro tipo que consome o jornalismo popular sensacionalista, é aquele que anseia por histórias distorcidas, fotos de cadáveres e manchetes chulas sobre diversos tipos de violências e crimes (AMARAL, 2006, p. 62).

Geralmente as notícias sensacionalistas que envolvem a editoria de polícia, vem acompanhadas de imagens – muitas vezes bastante marcantes. Segundo Wainberg (2005, p.34) a imagem pode ser considerada violenta em várias instâncias. Ela tem potencial de agredir tanto o sujeito retratado como o espectador, “a definição de violência mais referida na literatura especializada afirma ser um comportamento agressivo com intenção de causar dano físico ou psicológico na vítima”. Assim sendo, a violência pode ser estabelecida como um ato intencional, podendo agredir visualmente e moralmente tanto o sujeito que está sendo retratado, como o espectador. Em um artigo publicado pelo Intercom, *Violência e fotojornalismo: Estudos das imagens do diário Tribuna do Paraná*, de Andressa Kaliberda e Carlos Alberto, é disponibilizada uma tabela em que é possível identificar os cinco diferentes graus de violência contidos em uma imagem, sendo considerado o mais ‘leve’, o 1º grau, consiste na exibição de apreensão de drogas, armas e ofensa moral leve; no 2º grau de violência, é possível identificar ofensa moral grave, ferimentos leves, danos leves ao patrimônio, flagrante e reconstituição de crimes; o 3º grau pode conter ferimentos graves, danos graves ao patrimônio,

danos ambientais e poça de sangue; ao 4º e 5º grau, considerados os mais altos e graves, consistem em imagens e informações que contenham insinuação de cadáveres e pedaços mutilados de corpos.

ANÁLISE

A primeira edição do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis – que se refere à cidade de Angra dos Reis, situada no litoral no Estado do Rio de Janeiro, foi publicada em outubro de 1997. Idealizado pelo jornalista José Miziara, o tabloide angrense foi o primeiro jornal a ser publicado em cores e possuir capa em papel *off-set*. Por possuir um forte apelo popular, o jornal tem alta circulação nos bairros da cidade. Com uma periodicidade semanal, é encontrado diretamente nas bancas de jornais do município.

O jornal se dedica a reproduzir conteúdos que se enquadram nas editorias: policial, política, esporte, saúde, social, educação, entre outros temas da atualidade. Comumente conhecido pela população como “sangrento”, o jornal tem a editoria policial como a mais chamativa e ampla do veículo, tornando-o, portanto como um tabloide policial.

Segundo o site do próprio jornal, o veículo ao longo dos anos, conquistou a liderança do mercado jornalístico de Angra, por manter o “compromisso com a verdade, a ética e o respeito à população angrense”. No entanto, se comparadas às condutas recomendadas aos profissionais e veículos jornalísticos, o jornal “A cidade” de Angra dos Reis apresenta discrepâncias consideráveis no que diz respeito à ética profissional.

O jornal possui o formato de tablóide europeu, geralmente o número de páginas são distribuídas em múltiplas de 4 em 4, sendo 20 páginas o número mínimo do jornal. Essa distribuição é direcionada às editorias principais que conduzem o veículo: geral, policial e política. A tiragem semanal vai de acordo com a manchete se for uma grande manchete, ela embasará o mapa de venda daquela região ou apelo social que a manchete tem. Contudo, a tiragem mínima é de 10 mil exemplares e é distribuído nas cidades de Angra dos Reis, Paraty, Lídice, Rio Claro e Ilha Grande.

Angra dos Reis é conhecida nacionalmente por suas exuberantes praias e ilhas paradisíacas. Como um dos principais e mais conhecidos pontos turísticos do

Estado do Rio de Janeiro, a cidade possui 464 anos de história e atualmente uma estimativa populacional de duzentos e sete mil e quarenta e quatro habitantes. No entanto, a cidade sofreu déficits turísticos e consequentemente econômicos, devido ao contexto que assolava a população angrése e que também foi noticiado em todo o território brasileiro. Uma onda de violência tomou conta do município e atingiu patamares preocupantes em 2018. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) indicam que no ano de 2018 a cidade teve 132 mortes em decorrência de homicídio doloso, ou seja, com intenção de matar. Um crescimento de 51% se comparado com os números de 2017.

Portanto, essa pesquisa analisará as capas do jornal referentes ao período de fevereiro à março de 2018, contexto oportuno para descrever o uso da fotografia para retratar os temerosos e chocantes acontecimentos na cidade. A autora dessa monografia entrou em contato com o editor chefe do jornal, Wanderlei Foutoura, para conseguir as capas e posteriormente solicitou uma entrevista para compreender a linha editorial e processo de hierarquia noticiosa, junto ao critério de seleção das imagens, porém, devido a falta de retorno positivo resguardou-se a realizar essa análise mediante o referencial teórico desenvolvido e a partir de uma metodologia descritiva com o intuito de verificar os aspectos sensacionalistas encontrados e também as possíveis violações éticas e legais oriundas de uma veiculação inadequada das fotografias.

Diante da pesquisa bibliográfica realizada, a autora considera que o jornal regional “A Cidade” de Angra dos Reis, pode ser caracterizado como um jornal popular sensacionalista em que as matérias mencionadas são aquelas que abrangem o interesse do público em questão (população da cidade de Angra dos Reis), porém, tem convencionalmente apresentado esse exagero sensacionalista nas publicações contidas em suas capas, quer seja expresso em um texto, uma manchete, ou em sua apresentação visual. De acordo com Bourdieu (1997, p.25), esse tipo característico de sensacionalismo encontrado em muitos jornais, “convida para a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter dramático, trágico”.

Susan Sontag (2015) relata acerca do respeito do papel exercido pelas imagens de violência e atrocidades e o modo em que as mesmas são apreendidas

pelos espectadores/leitores, argumenta a respeito do limite de brutalidade exposta em uma imagem e questiona: de que forma a exibição de uma crueldade pode afetar a forma de ver a violência, do público? Fato é que quando imagens brutais se tornam comuns, sendo repetidamente exibidas em um jornal, a empatia que primeiramente se faz sentir é substituída por uma curiosidade mórbida.

Estudiosos como Angrimani (1995), Pedroso (2001) e Amaral (2006); simbolizam essa conduta como sensacionalismo, como um modo de produção discursiva com informações da atualidade, contendo critérios de intensificação e exagero gráfico, semântico, temático e linguístico; que contenham características mais dramáticas. Angrimani (1994) considera que um veículo sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação, apoiando-se no pêndulo transgressão-punição. A dignidade sempre esteve atrelada aos Direitos Humanos, e em consequência disso, tudo que fica evidenciado em texto ou imagem deve ser analisado mediante esse princípio.

A primeira capa de jornal a ser analisada (Figura 4) data do dia 2 de fevereiro de 2018, exibe a dramática e intensa realidade que a população Angrense viveu em 2018, mais especificamente para essa capa, é possível identificar o cenário de guerra existente entre as facções, deixando inúmeros mortos, roubos, tráfico de drogas, cidadãos encarcerados e comerciantes prejudicados pela alta criminalidade.

Figura 4: capa de 2 de fevereiro de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

O assunto por si só já corrobora com as pautas mais comuns vistas no jornalismo policial no Brasil, conforme apresentado por Pena (2016), dentre os quais está o tema do tráfico de drogas. Vale destacar também a diagramação e o exagero contido no tamanho do título e espaço destinado às fotos. Toda a parte com o fundo vermelho – que chama atenção visual – é destinada ao tema da guerra entre as facções. A capa reproduz fotografias de cadáveres divergindo da orientação de não divulgação de “imagens de caráter mórbido” preconizadas pela prática profissional. Vale destacar também o uso de uma linguagem categoricamente coloquial para tratar de um acontecimento extremamente violento, fazendo conjuntamente o uso de trocadilhos e juízos de valor para remeter-se a guerra que entre as facções. Nessa capa é, portanto, possível, verificar a utilização de recursos sensacionalistas e também o descumprimento da abordagem ética da profissão.

A capa da semana seguinte, dia 9 de fevereiro de 2018, possui um layout semelhante conforme pode ser observado na Figura 5 e novamente o tema principal está relacionado ao tráfico de drogas.

Figura 5: capa de 2 de fevereiro de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

Tal edição segue o padrão de capa que faz uso de manchetes exclamativas e chamativas através de fontes, paleta de cores e palavras cujo significado tem potencial de conduzir múltiplas interpretações e atrair a atenção de uma posterior leitura por si só. Nessa publicação o jornal “A Cidade” retratou ainda o intenso drama vivenciado pela população de Angra dos Reis diante da onda de crimes ocasionada pela guerra existente entre os grupos de facções.

Dado isso é possível identificar a exposição extrema de elementos que compõem a imagem do fato como a identificação de armamentos de fogo pelo qual é possível identificar fuzis e pistolas. Além disso, é possível apontar a exposição de identidade dos suspeitos no envolvimento e daqueles que foram vítimas da guerra, como retrata a exibição do cadáver ao lado da foto de identificação.

A intensa exibição de armamento de fogo por parte das facções pode denotar o alto poder de fogo presente os criminosos, o que resulta num possível desespero da população da região em que o crime aconteceu. Conforme os graus de violência citados no capítulo anterior, pode-se concluir que a capa se encaixa no grau 1 pela

exibição de armas e no grau 5 pela exposição de cadáver tanto na imagem na manchete quanto pela chamada que expõe o cadáver de um suspeito de estupro.

Embora possa haver uma interpretação de que nesse caso a exposição das imagens possa ser de interesse público, cabe destacar que a utilização da expressão “bandidos” na chamada da notícia configura um processo de mensagem fotográfica que edifica julgamento que não cabe ao jornalista, mas sim à justiça quando esses indivíduos forem processados e devidamente julgados pelo Estado.

Um dos quadros (esquerda/abaixo) divide um rapaz de frente e ao lado, morto. Sendo esse uma vítima – pois a interpretação é ambígua devido à falta de elementos – existe outra violação que desrespeita tanto a dignidade da vítima quanto da família ao se deparar com a imagem de um ente morto na capa de um jornal.

A próxima capa (Figura 6) contém uma distribuição gráfica diferente, suprimindo parte do vermelho que até então era comum para o fundo das chamadas de violência. Reservado ao quadrante esquerdo de cima, o principal título é “Executado com 17 tiros e jogado no lixo” seguida de uma foto de um cadáver no lixo, novamente veiculando uma imagem de caráter mórbido. Ao lado o título “Morto na praça 5” expõe a imagem de um cadáver coberto e uma foto que presume-se ser do indivíduo ainda em vida, trazendo novamente uma abordagem questionável no que se refere à dignidade da pessoa humana e exposição da imagem.

Figura 6: capa 16 de fevereiro de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

As matérias passam por exagero gráfico, linguístico e semântico sustentado por elas. A saber, que a população de Angra dos Reis vive sob um cenário de guerra desde a data em questão, é possível se respaldar no interesse mercadológico impulsionado pelo sensacionalismo (PENA, 2005), em que, a exposição de cadáveres e identidade das vítimas que vivem naquela região, fazem com que o público reaja com estímulos de curiosidade sobre o fato, devido ao contexto social que estão vivendo, resultando num possível aumento de vendas, oriundas dos assuntos de seus interesses.

Outra chamada que merece atenção, embora esteja disposta com menor importância devido à localização e tamanho na página é a mensagem trazida no quadro verde que expõe nitidamente a imagem de um homem, seguido de “Preso em flagrante ladrão de carro”. Retornando ao que diz Viana (2016) mais uma vez o jornal faz o papel de juiz e utiliza de termos equivocados e que não devem ser utilizados na editoria de jornalismo policial, como “ladrão”.

A última edição de fevereiro de 2018 (Figura 7) não fugiu da regra e é plausível a representação de estratégias como a linguagem coloquial e o uso de chavões para titular manchetes com o intuito de trazer mais familiaridade na leitura e assim captar em maiores proporções o interesse do leitor. Como cita Dines (1971) a intenção de chocar ou provocar emoções pulsantes no receptor da mensagem são representadas nas manchetes sensacionalistas e realçadas também através dos recursos gráficos que podem ser representados através de um texto em caixa alta ou uma palavra em destaque, que nesse caso foi “Encarcerados”.

Figura 7: capa 16 de fevereiro de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

A chamada de destaque não possui fotos de armas ou cadáveres como usualmente fazem na composição das capas do jornal. Nessa, a manchete traz a imagem da suposta quadrilha e mostra claramente o rosto dos envolvidos, novamente podendo trazer uma discussão acerca do equilíbrio entre o interesse público e o direito à imagem.

Nessa publicação também é possível identificar o uso abusivo de gírias e linguagem demasiadamente coloquial para retratar atrocidades, como menciona a manchete da página 7, em que um cidadão foi baleado com cinco tiros disparados por uma arma de fogo e que esses disparos que resultaram na morte do indivíduo foram retratados como "balaços" que traduzidos dizem respeito a tiros certos, ou seja, atingidos em um lugar fatal.

A capa a seguir, ainda apresenta da mesma linguagem visual se tratando das anteriores, o que se percebe é que a cor vermelha comumente é direcionada a assuntos de crimes que resultaram em mortes. A edição do dia 2 de março de 2018 apresenta ainda cenários devastados pela criminalidade. Ao se tratar do caso escolhido para a manchete principal em que dois adolescentes se tornam vítimas fatais, ocasionado pela briga de poder de duas possíveis facções, é possível observar que dentre as manchetes escolhidas para a capa, três se tratam de assassinato, cujo crime ocasionou em quatro vítimas.

Figura 8: capa 2 de março de 2018.



Rotular um jornal de sensacionalista é afirmar que ele se dedica a provocar sensações. De acordo com Amaral (2003), a prática sensacionalista pode significar o uso de artifícios inaceitáveis para a ética jornalística, como também através de uma estética diferente da imprensa de referência, criar uma comunicação padrão com seus leitores. A edição presente reconfigura o que Amaral chama de uma 'comunicação padrão' com seus leitores, a partir de uma linguagem que certamente tornou-se contínua nas publicações, a fim de garantir um tom intimista com o público regional.

Se tratando da primeira manchete, é possível observar que o jornal expõe a identidade dos dois adolescentes que foram mortos por uma briga de poder, tal atitude é controversa ao que é mencionado no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90 em que, traz resguardo total da criança e adolescente a fim de proteger sua integridade e identidade. Mais especificamente nos incisos 1º e 2º, onde qualquer exibição total ou parcial da fotografia da criança ou adolescente em algum ato infracional ou qualquer ilustração que lhe diga respeito e publicado ainda por um órgão de imprensa, o mesmo deverá responder por pena prevista em lei e ainda ter suas publicações suspensas ou apreendidas.

Outro ponto que pode ser destacado, diz respeito à ilustração que retrata outro assassinato, cuja vítima está centralizada na capa, com um ferimento à bala na cabeça, sem qualquer sigilo e respeito à identidade da vítima ou família da mesma.

Essa conduta é considerada um desrespeito a dignidade humana, cujo respaldo legislativo está contido no Código de Ética do Jornalista Brasileiro, art 6º, inciso VIII em que cita diretamente o respeito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão.

Na do dia 9 de Março de 2018 (Figura 9), é possível observar o retorno do layout em vermelho, cujo título em caixa alta apresenta uma linguagem coloquial e que contém chavões, cujo juízo de valor imposto no subtítulo "Playboy, chefão da Glória, é preso e mulheres partem pra cima da polícia em defesa do bandidão", é transmitido sem quaisquer análise, questionamento ou discussão sobre o assunto. A capa ainda apresenta cinco outros cadáveres expostos com suas respectivas identificações, deixando evidente o desprezo pela imagem do indivíduo e respeito às famílias das vítimas.

Figura 9: capa 9 de março de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

Tal atitude reduz o indivíduo e seus direitos, colocando-o em uma posição de que mesmo após a sua saída da prisão ou ainda se o suspeito não for judicialmente declarado culpado, o mesmo será lembrado por aquele crime ou delito por um longo período até que consiga sua recolocação em sociedade.

Por ser um veículo popular com elementos e características sensacionalistas (LONGHI, 2005), o jornal "A cidade" de Angra dos Reis obteve pela escolha de fazer uso de estereótipos e jargões em sua maioria maldosos ou de zombaria, cuja classificação de humor apregoada ao suspeito, desrespeita tanto o contexto do fato retratado quanto o indivíduo.

De acordo com Marcondes Filho (1989), um jornal sensacionalista se vende pela informação visual e pela carga emotiva e apelativa nela contida, tal afirmativa

corroborar para a utilização do exagero gráfico e temático aplicado na capa em questão, colocando-a em quinto grau de violência, considerado o mais grave, quando há a presença de cadáver e sangue.

Com a violência ainda generalizada, o jornal do dia 16 de Março de 2018 (Figura 10) expõe casos em sua maioria relacionados ao tráfico, criminalidade e detenção de suspeitos. As manchetes "Deus protege os inocentes"; "Tombou com mais de 20 tiros no Morro do Tatu"; se destacam por sua própria força de interpretação e garantem a atenção do leitor.

Figura 10: capa 16 de março de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

Elementos gráficos, fotos identificando suspeitos e vítimas e, uma linguagem grotesca, contidas nesta capa, resultam no que Marta Amaral (2006) diz a respeito de características exclusivas de publicações populares e sensacionalistas.

Infelizmente as inúmeras poluições visuais contidas em um jornal popular e combinações de formato, fazem com que o jornal impresso se torne algo facilmente descartável e o imediatismo sensacional faz com que a cada dia uma notícia

excepcional seja estampada na capa dos tabloides, o que faz da manchete do dia anterior seja menos impactante do que a atual, resultando em uma sequência viciosa de termos eticamente "exagerados", para conseqüentemente garantir um número maior em vendas de exemplares. (BERTHEIR; SILVA, 2012, p. 6).

A imprensa popular busca satisfazer o seu leitor a qualquer custo, pois são considerados volúveis, possuem menor escala de escolaridade e um baixo poder aquisitivo e em função disso precisam ser conquistados cotidianamente.

Com o jornal em questão, "A Cidade", não é diferente. Por possui características marcantes, o tabloide além de explicitamente expor a sua opinião ao argumentar qualquer fato, também faz uso de fotos consideradas chocantes no ponto de vista ético da profissão.

Na edição do dia 23 de março de 2018 (Figura 11) é possível apontar algumas dessas características. A começar pela manchete em destaque cujo uso de um substantivo apelativo "Covardia" é capaz de gerar suposições interpretativas.

Figura 11: capa 23 de março de 2018.



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

De acordo de Angrimani (1994, p.30), substantivos apelativos com opiniões explícitas e fotografias inapropriadas denegrindo os direitos à dignidade humana com fatos incomuns e ou extraordinários, são considerados os *fait divers*, notícia cujo interesse reside naquilo que é extraordinário ou surpreendente.

A fotografia superior à esquerda que descreve, "Morto a tiros na Tararaca" e em seguida a notícia, "Num dia, menor é esfaqueado até a morte...", retrata o desrespeito da parte do jornal para com a vítima, deixando claro que o fato de expor uma fotografia com caráter mórbido se tornou uma banalização da ética profissional e honra a imagem, como citada no 6º artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

A capa do dia 30 de março de 2018 (Figura 12) contém elementos noticiosos considerados rotineiros ou comuns em uma editorial policial: apreensão de drogas, suspeitos procurados, relatos de crimes como tráfico de drogas e homicídios, sem fotografias consideradas sensacionalistas com caráter mórbido.

No entanto, ainda é possível identificar manchetes sensacionalistas com estratégias de venda, ao se tratar do suspeito relatado na principal manchete "Tatinho", cujo título diz "Cai o dono da Caixa D'água", é de se notar que o mesmo é conhecido pela região por ser nomeado como dono da Caixa D'água e provavelmente reconhecido pela população dessa forma.

Figura 12: capa 30 de março de 2018



Fonte: Wanderlei Fontoura – Editor Chefe do jornal “A Cidade” de Angra dos Reis

A estratégia existente por trás da escolha desse título diz respeito ao que Angrimani (1992) relata sobre o uso das estratégias nas manchetes sensacionalistas, em que o uso de uma linguagem coloquial, cores e diagramações exageradas ou fora do padrão jornalístico, obrigam o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, em uma linguagem editorial "clichê" e também fazer com que se sintam intrigados a saber do que se trata determinada manchete (p.16).

No que se refere as imagens dessa última capa analisada, a exibição de drogas e armamento continua sendo predominante no jornal. No caso acima, o grande número de drogas encontradas diz respeito à ação policial no município, tipo de fotografia que é considerada mais ‘comum’ para as notícias que dizem respeito ao tráfico de drogas. A imagem da mão de um suposto traficante com uma pistola, só confirma o fato de muitos jornais ainda darem uma ampla divulgação, publicidade e visibilidade para fotografias que insinuem a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que giram em torno do sensacionalismo são por muitas vezes complexas. De forma geral, o que se diz é que qualquer tipo de sensação provocada por meio do tratamento dado às notícias, a impressão que esse determinado veículo passa é de que ele seja considerado sensacionalista. De forma geral, essa ferramenta é ainda bastante utilizada para garantir a atenção do leitor.

Ainda que as fotografias sobre morte, acidentes e tráfico sejam evidenciadas pela maioria das capas. Também existem outros elementos que compõem a identidade do jornal que o poderia classificar como sensacionalista: as manchetes e cores.

Mediante a pesquisa bibliográfica realizada e a análise das capas do Jornal “A cidade” foi possível constatar que a hipótese prevista nessa pesquisa estava correta e o jornal não cumpre com um posicionamento preconizado pela ética e pelo cumprimento das recomendações legais e profissionais, ao passo que em todas suas publicações opta pela veiculação de imagens de cadáveres e mais do que isso, por muitas vezes expõe a imagem, informações pessoas e termos que cunham um julgamento acerca dos atos das pessoas envolvidas.

O desrespeito não ocorre somente para com a dignidade da pessoa que fora assassinada, mas também para com seus familiares. É possível considerar que para que o jornal tenha esse tipo de abordagem, de fato, existe um mercado que o consome e que está em consonância com o considerado “jornalismo popular”. A linguagem utilizada é exagerada e demasiadamente coloquial, a diagramação segue a mesma tendência e a técnica jornalística é deixada de lado para que os títulos e cores chamem atenção dos leitores.

Foi possível discutir e discorrer ao longo da pesquisa as limitações e orientações que devem reger o jornalismo policial como editoria, englobando, inclusive, a fotografia. Cabe ressaltar nessas considerações, que as fotos publicadas, via de regra não demonstram autoria, o que pode pressupor que se não todas, ao menos a maioria é recebido por meio de alguma plataforma outrem que não o fotojornalista do jornal. Isso repassa a responsabilidade da seleção e veiculação para o editor do jornal – o que é válido pontuar, pois não se questiona,

portanto, o papel do fotojornalista em si, mas sim de quem recepciona esse material e mesmo tendo a faculdade de não publicá-lo, assim o faz.

Em relação ao que foi analisado, nota-se que o jornal "A Cidade" pode ser qualificado como sensacionalista, pois busca veementemente através de suas manchetes e notícias colocar o lado emocional do leitor, quer seja pelo choque de uma imagem de um cadáver com feridas expostas envolto de uma poça de sangue, ou pelo impacto significativo de criminalidade na região, quer seja pelo uso de termos pejorativos e imposição de opinião do jornal ou editor, para noticiar os fatos.

A tentativa de humor inadequado entra em contraste com a reprodução da imagem que retrata o fato. O que também deixa claro que as fotografias utilizadas e manchetes com o uso de termos estrategicamente apelativos, possuem mais destaque do que o texto que discorre à respeito do fato noticiado.

Ao final dessa pesquisa, essa autora considera, portanto, como futura profissional da área que o jornalismo não deve se abster do seu princípio primordial, que é exercer sua atividade intelectual levando informação à população, prezando sempre pelo exercício de valores morais e éticos. Em especial, é preciso refletir, sobre a maneira como as notícias policiais são feitas e expostas, para que não precisem depreciar seus ideais e retratar o crime e a morbidez como um espetáculo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Matrizes Culturais do Segmento Popular da Grande Imprensa. Revista Ecos - Universidade Católica de Pelotas. Pelotas/RS: , v.6, p.27 - 50, 2002. _____. Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa In: II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Jornalismo, 2004, Salvador. Anais do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores em Jornalismo. , 2004.

ANGRIMANI, D. *Espreme que Sai Sangue*. São Paulo: Summus, 1995.

Annablume, 2001. . Acessado em 13 de julho de 2020.

BARCELOS, Janaina Dias. **Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade**. 2013. Londrina: Discursos fotográficos. Disponível em: file:///C:/Users/Bruno/Downloads/14220-78565-1-PB.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. 2019. Tradução de César Blom. Disponível em: <http://www.leden.uerj.br/wp-content/uploads/2019/05/49666238-A-Mensagem-Fotografica-Roland-Barthes.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BLAIR, James P. Novo guia de fotografia NationalGeographic. São Paulo: Abril, 2011.

Brasileiro, 1997.

BUCCI, Fugênio. **SOBRE ÉTICA E IMPRENSA**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 256 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/351304156/Sobre-etica-e-imprensa-Eugenio-Bucci-pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

CASTRO, V. J. e COELHO, C. N. P. *Comunicação e Sociedade do Espetáculo*. São CONJUR. **Apresentador e TV terão de indenizar suspeito ofendido em programa policial**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-29/apresentador-indenizara-suspeito-ofendido-programa-policial>. Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA, Paulo. **160 anos de fotografia**. 1999. Fotografia Popular. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downs-uteis-160-anos-de-fotografia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

de sedução em um jornal sensacionalista. São Paulo:

DINES, Alberto. Sensacionalismo na Imprensa. Comunicações e Artes. Uma

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987. Acessado em 13 de julho de 2020.

HISTÓRIA DO FOTOJORNALISMO: Os primórdios da atividade fotojornalística. Goiás: PucGoias, 2010. 37 slides, P&B. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17605/material/Prim%C3%B3rdios%20do%20Fotojornalismo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Nota de leitura: Francieli Lunelli Santos. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2262/1750>. Acesso em: 13 jun. 2020.

LIMA, Ivan. **A fotografia é a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo Ltda, 1989. 120 p. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Fotografia-e-sua-linguagem-Ivan-Lima.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

MARCONDES, Keithy. **A história do fotojornalismo**. 2013. Focus, Escola de fotografia. Disponível em: <https://focusfoto.com.br/a-historia-do-fotojornalismo/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MCQUAIL, Denis. Tradução: Roberto Cataldo Costa. **Teorias da comunicação de massa**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 584 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=WSRCDXr1SYIC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=McQUAIL,+Denis.+Tradu%C3%A7%C3%A3o:+Roberto+Cataldo+Costa.+Teorias+da+Comunica%C3%A7%C3%A3o+de+Massa.+6+ed.+Porto+Alegre:+Penso,+2013.&source=bl&ots=r9HFaVDQ_J&sig=ACfU3U3BUX3DRpfxP2mqJ7yWnpUjf9GJ-w&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj6u_nh_YLqAhVvEbkGHRsMDYMQ6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q=McQUAIL%2C%20Denis.%20Tradu%C3%A7%C3%A3o%3A%20Roberto%20Cataldo%20Costa.%20Teorias%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Massa.%206%20ed.%20Porto%20Alegre%3A%20Penso%2C%202013.&f=false. Acesso em: 13 abr. 2020.

MEDINA, Cremilda. **Notícia**: Um produto à venda. São Paulo :Summus, 1988.

MENEZES, Simone. **Visita Técnica ao Parque Gráfico do jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 26 ago. 2011. Entrevista concedida à Vanessa Abreu de Oliveira Vieira.

NOGUEIRA, Isis Souza dos S. *et al.* **Código de ética do jornalista**: comentado e comparado com a instituição federal. Comentado e comparado com a Instituição Federal. 2010. UNIBAHIA. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/isisnogueira/cdigo-de-tica-do-jornalista-comentado-e-comparado-com-a-constituio-federal>. Acesso em: 01 abr. 2020.

OBSERVATÓRIO DE MÍDIA. **O uso dos termos “suspeito” e “bandido”**. Disponível em: <https://medium.com/observat%C3%B3rio-de-m%C3%ADdia/o-uso-dos-termos-suspeito-e-bandido-c029a2b10578>. Acesso em: 21 out. 2020.

OLIVEIRA, Fernanda. **Direito à preservação da imagem e da identidade da criança e do adolescente infrator como direito fundamental da pessoa humana**. 2014. Disponível em: <https://fernandaolive.jusbrasil.com.br/artigos/146728383/direito-a-preservacao-da-imagem-e-da-identidade-da-crianca-e-do-adolescente-infrator-como-direito-fundamental-da-pessoa-humana>. Acesso em: 14 jun. 2020.

Paulo: Paulus, 2006.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso**

SALLES, Amana. **Revista Life: fotorreportagem e as relações com a cinematografia**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meios e Processos Audiovisuais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Cap. 3. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-03122018-152052/publico/AmanaSalles.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SALLES, Filipe. **Breve História da Fotografia**. 2004. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/Artes/artigos/Hist%C3%B3ria_fotografia.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

Semana de Estudos sobre Sensacionalismo, São Paulo, n. 4, p. 67 –75, 1971. .

Acessado em 13 de julho de 2020.

SERVA, Leão. **Fotos de guerra, entre a beleza e o caos**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/n34/1519-311X-gal-34-0196.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e a linguagem da fotografia na imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**.

Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **UMA HISTÓRIA CRÍTICA DO FOTOJORNALISMO OCIDENTAL**. 1998. Disponível em: <https://focusfoto.com.br/wp-content/uploads/2012/04/HISTORIA-CRITICA-DO-FOTOJORNALISMO-OCIDENTAL.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.